

O Complexo de Ilha e a Construção de uma Hiperidentidade Madeirense: Mitologia Nesológica, Diásporas e Regressos¹

The Island Complex and the Construction of a Madeiran Hyperidentity: Nesological Mythology, Diasporas and Returns

José Eduardo Franco²

Resumo

O discurso mítico, mitificador e mitificante é um método primigénio de conhecimento do mundo, associado ao nascimento da cultura, e foi pilar-construtor das raízes das civilizações. Poderíamos ser levados a pensar que o pensamento mítico e o seu método de construir visões interpretativas da realidade são dados culturais de um passado longínquo fixado na Antiguidade Clássica. Nada mais enganador. O discurso mítico é um dado permanente das culturas humanas, metamorfoseando-se em cada época e em cada contexto até aos nossos dias, em que o vemos recriado na capacidade sofisticada de criar mitos hodiernos, pelas técnicas avançadas da publicidade e do *marketing*.

A ilha da Madeira foi primeiramente “conhecida” e referenciada no plano do discurso mítico, situada no cordão atlântico das Ilhas Afortunadas, que a Idade Média recriou nas suas narrativas de viagens imaginadas, com maior ou menor fundo de realidade. Este imaginário, na verdade, povoou a mundividência dos navegadores tardomedievais e protomodernos que aportaram a estes territórios insulares e oficializaram a sua descoberta. Não é, pois, de espantar que os primeiros escritos que descrevem a Madeira “descoberta” sejam modelados, nas suas características mais distintivas, pela gramática do imaginário mítico em que classicamente se situava.

¹ Este artigo retoma, reelabora, desenvolve e complementa trabalho já publicado pelo autor e que constitui parte de um projeto de livro, em preparação, intitulado *História da Madeira Imaginada*.

² Historiador. Investigador-Coordenador equiparado a Professor Catedrático da Universidade Aberta e Diretor do Centro de Estudos Globais, da Cátedra UNESCO de Estudos Globais e da Cátedra CIPSH de Estudos Globais (Universidade Aberta). Coordena atualmente o programa de doutoramento em Estudos Globais (Universidade Aberta). Dirige, entre outros, o projeto de publicação da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Endereço eletrónico: eduardo.franco@uab.pt.

Se é verdade que a progressiva humanização da geografia insular madeirense conduziu ao desencantamento e à desmitificação deste espaço insular, com o choque da realidade e das agruras do povoamento, assistiu-se também, na produção dos discursos modernos e protocontemporâneos de construção da identidade cultural madeirense, a um singular processo de reencantamento da Madeira. Recorreu-se às possibilidades do discurso mitificador para o colocar ao serviço da construção de uma identidade singular do povo e do espaço habitado neste arquipélago no meio do Atlântico plantado.

São esses processos de mitificação, desmitificação e remitificação que observaremos e analisaremos criticamente, operando a sua hermenêutica, na esteira da mitocrítica. Avaliar-se-ão os usos e os significados dos discursos mitificadores dos autores que pretenderam conferir à Madeira um lugar singular na história das ilhas atlânticas e um papel de *pivot* enquanto protagonista relevante do movimento moderno que conduziu à globalização em que hoje vivemos.

A ressignificação mitificante das representações da Madeira, da sua singularidade e do seu papel na história da construção do novo mundo global vai modelar a cultura e a mentalidade madeirenses, com o desenvolvimento do que designamos como um complexo de hiperidentidade, intrinsecamente ligado ao complexo de ilha.

Palavras-chave: Madeira; Mito; Discursos Identitários; Atlântico; Globalização.

Abstract

Mythical, mythifying and myth-making discourse is a primordial method of knowing the world, associated with the birth of culture, and has been a pillar-builder of the roots of civilisations. We could be led to believe that mythical thinking and its method of constructing interpretative visions of reality are cultural data from a distant past fixed in Classical Antiquity. Nothing could be more misleading. Mythical discourse is a permanent feature of human cultures, metaphorising itself in each era and context right up to the present day, where we see it recreated in today's sophisticated ability to create myths through the advanced techniques of advertising and marketing.

The island of Madeira was first "known" and referred to in mythical discourse, located in the Atlantic chain of the Fortunate Isles, which the Middle Ages recreated in their imagined travel narratives, with a greater or lesser degree of reality. This imaginary, in fact, populated the worldview of the late-medieval and early modern navigators who landed on these island territories and made their discovery official. It is therefore not surprising that the first writings describing the "discovered" Madeira are modelled, in their most distinctive characteristics, on the grammar of the mythical imaginary in which it was classically situated.

While it is true that the progressive humanisation of Madeira Island geography has led to the disenchantment and demythologisation of this island space, with the shock of reality and the hardships of settlement, there has also been a singular process of re-enchantment of Madeira in the production of early modern discourses on the construction of Madeira's cultural identity. The possibilities of the myth-making discourse were utilised to build a unique identity for the people and the space inhabited by this archipelago in the middle of the Atlantic.

It is these processes of mythification, demythification and remythification that we will observe and critically analyse, working on their hermeneutics in the wake of mythocriticism. We will analyse the uses and meanings of the myth-making discourses of the authors who wanted to give Madeira a unique place in the history of the Atlantic islands and a pivotal role as a relevant protagonist in the modern movement that led to the globalisation in which we live today.

The mythological re-signification of representations of Madeira, its uniqueness, and its role in the history of the construction of the new global world will shape Madeiran culture and mentality, with the development of what we call a hyper-identity complex, intrinsically linked to the island complex.

Keywords: Madeira; Myth; Identity Discourses; Atlantic; Globalisation.

«Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite.»

Miguel Torga, *Um Reino Maravilhoso*

«O mundo nomeado ou a descoberta das Ilhas

Iam de cabo em cabo nomeando
Baías promontórios enseadas:
Encostas e praias surgiam
Como sendo chamadas

E as coisas mergulhadas no sem-nome
Da sua própria ausência regressadas
Uma por uma ao seu nome respondiam
Como sendo criadas.»

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Obra Poética*

O Mito como Método de Conhecimento do Mundo

O conhecimento e o reconhecimento do mundo decorrem de um processo de representação da realidade que nos envolve. Ora, a representação da realidade é feita com base em conceitos e preconceitos que formam o conjunto instrumental das categorias que iluminam a nossa percepção do mundo. Se o conhecimento é o resultado da representação da realidade, as categorias prévias condicionam essa mesma percepção, quer da realidade verificada empiricamente quer daquela que nos

é informada por via indireta ou mesmo imaginada, a partir de informações mais ou menos vagas ou até nulas.

Assim, desde os primórdios das culturas e das civilizações humanas, o recurso ao discurso mítico foi uma das formas primigénias de oferecer um conhecimento ou representação da realidade envolvente³. Os mitos tinham uma função etiológica, para explicar os fenómenos para os quais não se tinha uma explicação racional e lógica evidente, por exemplo, a origem do mundo e da humanidade, do fogo, do sofrimento, da necessidade do trabalho para garantir a subsistência...⁴ Por isso, o mito como método de conhecimento é tão relevante para a construção da cultura humana e para a constituição de vias de sentido transcendente ou de elevação do ser humano, como vieram a ser outros métodos de construção de conhecimento, partindo da observação empírica que funda o método científico.

Nesta consideração da relevância cultural primeira dos discursos mitificantes, importa ultrapassar uma visão do mito entendido como um processo de falsificação, como alerta Karen Armstrong: «Temos que nos livrar da falácia de que o mito é falso ou representa um modo de pensamento inferior – essa é a falácia do século XIX». E continua a mesma estudiosa:

«Precisamos de mitos que nos ajudem a identificar com todos os nossos companheiros de vida, mas não só com aqueles que pertencem à nossa tribo étnica, nacional ou ideológica. Precisamos de mitos que nos ajudem a perceber a importância da compaixão, que não é sempre olhada como suficientemente produtiva ou eficaz no nosso mundo racional e pragmático. Precisamos de mitos que nos ajudem a alcançar uma atitude espiritual, a ver para além das exigências imediatas, e nos capacitem a experimentar um valor transcendente que desafie o nosso egoísmo solipsístico. Precisamos de mitos que nos ajudem a venerar a terra como sacra, novamente, em vez de a usarmos meramente como um «recurso». Isto é crucial, porque se não passarmos por um género qualquer de revolução espiritual, que seja capaz de nos manter a par do engenho tecnológico, não salvaremos o planeta.»⁵

A elaboração histórica das grandes paisagens culturais, quer nacionais quer civilizacionais, mas também, por vezes, regionais, passa quase sempre pelo recurso a um processo de mitificação das origens, das grandes gestas épicas, pela configuração e exaltação de uma idade de ouro e pelo realçar de um papel, em alguns casos com perspetivação teleológica, dessas comunidades identitárias na história universal. Este processo de mitificação opera-se como forma de legitimação e de reforço da

³ Cf. CAMPBELL, 2020, *O Poder dos Mitos*.

⁴ VIANA, 2009, «Mito e linguagem [...]».

⁵ ARMSTRONG, 2006, *Uma Pequena História do Mito*, pp. 133-134.

diferenciação da superioridade ou da primazia de uma dada cultura e do seu sistema identitário. Recorde-se, a título ilustrativo, a importância do papel desempenhado pelos mitos das origens dos reinos europeus no dealbar da Época Moderna em favor do processo de afirmação das nacionalidades, associado ao de afirmação da ideia de Estado e da centralização do poder nas mãos do monarca⁶.

Na linha da mitocrítica contemporânea e com base nas grandes obras de referência para o estudo crítico dos processos de mitificação da chamada geografia do imaginário que o sustenta – entre as quais cumpre lembrar os estudos clássicos de Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss, Gaston Bachelard, Gilbert Durand, Hans Blumenberg e, mais recentemente, Lucian Boia, para referir apenas alguns –, entendemos por mito não um processo de falsificação grosseira da realidade, mas, precisamente, uma idealização hiperbolizada assente, de forma mais ou menos forte, ou mais ou menos ténue, em bases reais. O fundo de realidade em que se enraíza o mito é percecionado e reinterpretado, lido e reconstruído literariamente à luz de determinados arquétipos, conceitos ou pré-conceitos ideográficos, com vista a atingir certos fins ou efeitos. Comporta, pois, um sentido finalista e, por vezes, mobilizador⁷.

Diferente da lenda, o mito é um constructo ideográfico desenvolvido no quadro de uma narrativa que pretende operar uma determinada eficácia, seja nos planos político, cultural, moral ou social, ou mesmo em termos de estratégia de uma determinada promoção. No caso da Madeira, trata-se, hodiernamente, da promoção de um produto turístico, como foi, no passado, a necessidade de atração de povoadores e comerciantes.

O processo de mitificação é, em síntese, uma forma poderosa de estruturação cultural e, portanto, um modo de conferir a uma cultura fundamentos profundos de identidade própria. De facto, o mito enraíza-se na psicologia de um povo, germina na sua alma, modela a sua mentalidade e determina a sua mundividência. Aliás, a presença e a configuração de uma mitologia são formas de valorar a cultura e de lhe dar uma dimensão superior, um carácter transcendente ou transcendentalizado, pois, como reflete o filósofo polaco Leszek Kołakowski,

⁶ Desenvolvemos demoradamente esta problemática no estudo que realizámos em torno da primeira História de Portugal, da autoria do humanista Fernando Oliveira: FRANCO, 2000, *O Mito de Portugal* [...].

⁷ Reflexão alargada sobre o conceito de mito foi desenvolvida na obra que dedicámos ao processo de mitificação da Companhia de Jesus pelo movimento antijesuítico: FRANCO, 2006-2007, *O Mito dos Jesuítas em Portugal* [...].

«todos os fundamentos em que se arreiga a consciência mítica, tanto na sua versão inicial como nos seus prolongamentos metafísicos, são, portanto, atos de afirmação de valores. Podem ser frutíferos, na medida em que satisfazem a necessidade real de sujeitar o mundo da experiência, por meio da sua interpretação compreensiva, referindo-a a um ser incondicionado.»⁸

Em suma, como bem pensa Roland Barthes, o mito define-se como uma fala, um discurso que explica e organiza o mundo⁹.

Imaginário Clássico e Hermenêutica do Espaço Insular Descoberto

Quando os navegadores ibéricos descobriram as ilhas atlânticas, nomeadamente as da linha da Macaronésia e, de entre estas, a Madeira e os Açores, estavam marcados pelo imaginário clássico das Ilhas Afortunadas, descritas pela cultura greco-romana como territórios paradisíacos, situados algures no mar extremo-ocidental. Estas ilhas de paisagens virgens, com vegetação luxuriante, regatos de água cristalina a correr das altivas montanhas, climas amenos, terrenos férteis que se tornaram laboratórios agrícolas bem-sucedidos, inspiraram, nos primeiros cronistas, descrições entusiásticas e fantásticas, que identificavam estes lugares com os dos magníficos relatos de Estrabão e Ptolomeu, entre outros. As narrativas dos descobridores e protopovoadores, encantados com as possibilidades destes territórios, transmitem deles a ideia de uma verdadeira realização da utopia do lugar ideal, fazendo eco do mito da descoberta e recuperação do paraíso perdido¹⁰.

Do ponto de vista político, por outro lado, as crónicas das descobertas modernas destas ilhas e, depois, toda a receção que é feita estabelecem um imaginário das origens que funda a identidade destas culturas insulares com um cunho especial, que, mais tarde, terá diferentes usos legitimadores das suas culturas regionalizantes para reforçar a reivindicação de projetos autonómicos frente ao poder centralista dos Estados continentais em que se integram.

Aqui se desenvolveram, no meio do Atlântico, culturas que fazem da ilha e da condição de ilhéu objeto de reflexão, através de vários tipos de discurso cultural – poético, romanesco, épico –, tecendo uma identidade com matizes peculiares,

⁸ KOŁAKOWSKI, 1975, *La Presencia del Mito*, p. 7; ver também BLUMENBERG, 2003, *Trabajo sobre el Mito*, e VOEGELIN, 2002, *As Religiões Políticas*.

⁹ BARTHES, 2001, *Mitologias*, p. 128.

¹⁰ Cf. FRANCO *et al.*, 2010, *Gardens of Madeira* [...].

marcada pela mundividência do mar como fronteira, limite, e também como polo de atração para o desconhecido, para a fuga, para a dispersão pelo mundo.

O pensamento nesológico aqui produzido liga no mito das origens a experiência de superação das dificuldades da humanização da paisagem, a consciência daquele espaço ser rampa de lançamento e laboratório para o mundo que se globalizava com a perspectiva do seu papel na deriva da história da humanidade, tornando estas ilhas capazes de utopia.

Diversos autores ilhéus que cultivaram o género profético-utópico idealizaram as ilhas atlânticas sob tutela dos países ibéricos como um ponto de partida da regeneração da humanidade, da construção do Império do Mundo, da Nova Era e do Homem Novo profetizado pelas correntes utópicas desde a Idade Média. Todavia, estas ilhas nunca foram pensadas pelos seus escritores insulares, como fizeram os mestres europeus do pensamento utópico renascentista (Morus e Campanella), como a realização da sociedade ideal em espaço fechado, mas sim como ponto de partida expansivo em espiral que envolveria o mundo todo, na boa tradição do pensamento utópico português e espanhol de abrangência global, como é o caso do Quinto Império, segundo o Padre António Vieira e as suas metamorfoses observadas na obra de grandes escritores (como Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, Natália Correia) até aos nossos dias.

As Origens Imaginadas e os Processos de Conhecimento do Mundo

A rede de arquipélagos espalhados no meio do grande oceano Atlântico, entre o *finis terrae* europeu e o *finis terrae* da costa africana, e o continente americano, as chamadas ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), antes de ser oficialmente descoberta no decorrer das viagens marítimas promovidas pelas monarquias ibéricas, no desaguar da Idade Média para a Época Moderna, já era conhecida ou imaginada, ou melhor, representada pelos discursos mitificantes, desde a Antiguidade Clássica passando pelo longo período medieval. Aliás, o cognome “Macaronésia” (de raiz grega) cristaliza esse processo longínquo de mitificação: Ilhas Abençoadas ou Ilhas Afortunadas. Se isto é verdade para este conjunto de ilhas, que teve um papel importante enquanto rampa de lançamento das navegações transoceânicas de descobrimento dos mares ignotos, também é evidente para o processo de globalização que conhece nos séculos XVI e XVII a sua aurora planetária¹¹.

¹¹ PAINE, 2023, *O Mar e a Civilização [...]*, pp. 503 e ss.

Se as viagens marítimas dos portugueses e dos espanhóis deram então, como bem definiu Vieira, a «conhecer o mundo ao mesmo mundo»¹², que estava até então às escuras de si e passou a ser iluminado entre si, os navegadores que se aventuraram nos mares e em imensos territórios desconhecidos levavam consigo uma representação global do mundo, das terras e dos mares ainda não navegados com sucesso. Esse conhecimento do mundo que os navegadores transoceânicos transportavam na sua bagagem mental era, em muitos casos, de natureza mítica: sobre a possibilidade da descontinuidade dos oceanos, entrecortados por abismos; a existência de zonas tórridas inóspitas para os seres humanos; a presença de animais fantásticos e monstros insaciáveis; a planura do planeta Terra; mas também a existência de paraísos perdidos e cristandades escondidas. O conhecimento mítico do mundo marcou os avanços e recuos dessa aventura marítima global, atizando medos e condicionando a interpretação da realidade que, então, era verificada pelo conhecimento empírico “claramente visto” a olho nu.

Mas esse conhecimento e reconhecimento do mundo, se desconstruiu representações antigas de carácter mítico, não deixou de criar novas representações, umas mais próximas da realidade, outras de natureza remitificante. Por isso, a globalização é, em primeiro lugar, conhecimento do mundo à escala planetária, seja pelo método mítico, seja pela via empírica. O desenvolvimento da cartografia, entendida como a ciência dos mapas, é um indicador dessa evolução e da passagem do conhecimento do mito para o conhecimento decorrente da observação da realidade de todo o orbe terrestre¹³. Aqui, o Atlântico afirma-se como o corredor de lançamento do processo moderno de globalização, do conhecimento empírico do mundo, que permitirá o desenvolvimento de um sistema de mobilidades e de trocas a nível planetário – de produtos com valor comercial, de ideias, de fauna e de flora, de sistemas de crenças, de dados culturais e científicos.

O arquipélago da Madeira desempenhou um papel precursor neste processo atlântico de lançamento da protoglobalização, merecendo, por isso, o estatuto de lugar pioneiro da globalização. Aliás, a Madeira é um caso paradigmático da percepção mítica, fundada nos discursos míticos clássicos e medievais com que os navegadores e primeiros cronistas a representaram na comunicação do seu descobrimento e processo de povoamento. O primeiro plano de mitificação, e o mais consistente, é aquele que concerne à construção de uma imagem ideal do seu meio natural, representado como jardim edénico. Essa construção imagiológica liga-se intimamente

¹² VIEIRA, 2014, *Obra Completa*, tomo III, vol. I, *História do Futuro*, p. 74.

¹³ Cf. BROTON, 2019, *História do Mundo em 12 Mapas*.

e, por vezes, opera-se concomitantemente com o processo de idealização das suas origens paradisíacas e da sua natureza inviolada.

Tendo como pano de fundo o legado clássico junto com o imaginário medieval reciclado pelo Cristianismo e povoado pelos arquétipos inerentes à ideia de paraíso perdido e de desejo de regresso às fontes primigénias da criação, a Europa do fim da Idade Média, pela iniciativa primeira de Portugal, começou a construir a era da protoglobalização através das viagens marítimas de descoberta.

Na Antiguidade Clássica, encontramos alguns textos que situam para lá do *finis terrae* ocidental da Europa – em lugar mais ou menos impreciso no grande mar – a existência de ilhas paradisíacas, cujo imaginário excitou a sua caracterização idílica em tons poéticos. Os clássicos consignaram por escrito o seu imaginário em torno das ilhas paradisíacas, às quais deram nomes vários. Sobre essas ilhas falaram e fizeram descrições destacados geógrafos como Estrabão, Pompónio Mela, Ptolomeu e Plutarco. A carga mítica conferida pelo imaginário criado em torno destas ilhas é dada pelos diversos adjetivos que lhes associaram e pelo substrato mítico reclamado para explicar a sua existência¹⁴. Por exemplo, as chamadas Ilhas Afortunadas teriam resultado do enredo amoroso entre Poseidon e uma das filhas de Atlas, Celeno. Ao nascituro Lico, filho desta relação, Atlas impôs as Ilhas Afortunadas como seu *habitat*, no desfecho deste romance mitológico. Por outro lado, o mito da origem destas ilhas é elaborado em paralelo com o mito das origens da Atlântida, situada, do mesmo modo, para além das Colunas de Hércules. Este imenso espaço misterioso ter-se-ia tornado inacessível à navegação depois de uma época dourada de prosperidade. A sua decadência teria conduzido ao enclausuramento e ocultamento dos territórios ao largo ocidental do oceano Atlântico¹⁵.

Uma das descrições mais antigas que faz referência a uma ilha situada para além do promontório de Gibraltar, cognominado Colunas de Hércules – a fronteira do mundo conhecido dos navegadores antigos –, encontra-se na *Biblioteca* de Diodoro Sículo. Na descrição do espaço natural, poder-se-ia ver refletido aquilo que os descobridores portugueses vieram a encontrar de algum modo na Madeira. Uma ilha montanhosa, cheia de bosques, numerosas flores, ribeiras de água pura, um clima moderado que prometia boas sementeiras de frutos e um imenso mar a transbordar

¹⁴ Sobre o imaginário clássico que estabelecia a cartografia destas ilhas muito desejadas, ver o estudo NASCIMENTO, 1997, «Ilhas Afortunadas [...]».

¹⁵ Cf. CAMP, s.d., *Continentes Perdidos* [...], pp. 317 e ss.

de peixes e a banhar aquela porção de jardim por todos os lados¹⁶. Uma paisagem adequada para morada dos deuses, um Olimpo insular.

Entre essas descrições da literatura da Antiguidade Clássica podemos ainda destacar a das Ilhas Afortunadas (ou Ditosas) feita por Horácio:

«O Oceano circunfluyente espera-nos: campos, busquemos
os campos bem-aventurados! E as ilhas ditosas,
onde a terra sem ser arada dá Ceres todos os anos,
e a vinha floresce sem ser podada;
onde dá fruto o ramo da oliveira que nunca falha,
o figo escuro adorna a sua própria árvore;
o mel goteja da oca azinheira; e dos altos montes
a água leve salta com pé chapinhante.
Lá as cabrinhas vêm de sua livre vontade para a ordenha;
e o rebanho amigo traz para casa os úberes inchados.
Nem o urso vespertino rosna à volta do redil;
nem o chão alto se incha de víboras.
Nós, felizes, admiremos mais coisas [...]»¹⁷

Por seu lado, a Idade Média acabou por assimilar e converter o mito das ilhas fantásticas no seu imaginário cristão do mundo. Conferiu-lhe um carácter teleológico, isto é, concebeu-as como «um paraíso à espera dos bem-aventurados»¹⁸. Mas os escritores cristãos procuraram diferenciar o paraíso terreal, descrito no Génesis, daquelas terras dispersas no oceano. Antes, são-lhes destacadas características especiais, que proporcionam um *habitat* aprazível, de clima ameno e paisagem maravilhosa, muito semelhante, de facto, às descrições do paraíso, mas sem serem exatamente o mesmo paraíso de que o Criador teria privado o primeiro par humano. O grande enciclopedista medieval Santo Isidoro de Sevilha esforça-se por tornar clara essa distinção, obrigado que estava, de algum modo, por exigências de ortodoxia teológica¹⁹. Opta-se então por identificar esses espaços misteriosos com os Campos Elísios descritos pelos clássicos e dá-se-lhes um enquadramento cristão do ponto de vista de uma destinação escatológica. O relato enciclopédico de Isidoro de Sevilha é um condensado que recolhe tradições antigas sobre estes espaços mitificados, uma mistura do imaginário em torno do Éden genesíaco com a ideia dourada dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas. É, portanto, uma visão reciclada e estilizada

¹⁶ SICULUS, *Biblioteca Histórica*, 5, 19, 2.

¹⁷ HORÁCIO, *Arte poética*, p. 297.

¹⁸ FERREIRA, 1999, *Mitos e Utopias* [...], p. 14.

¹⁹ Cf. SEVILHA, 1982, *Etimologias*.

de um espaço que continuou rodeado de forte carga mítica, como salienta Jean Delumeau ao enquadrar a descrição de Santo Isidoro: «Está plantado de todas as espécies de árvores, em particular as árvores frutíferas e contém também a árvore da vida: ali o frio e a canícula são desconhecidos, o ar é sempre temperado»²⁰.

A Força Modeladora e Mobilizadora do Mito

Ao lado de outros arquipélagos atlânticos, a Madeira situava-se numa rota da geografia onírica, alvo da demanda do paraíso perdido, que teria mobilizado os marinheiros portugueses para a aventura dos descobrimentos. Sabemos ainda, como ensina Gaston Bachelard, através dos seus estudos em torno da antropologia do imaginário, o quanto a dimensão do sonho, do campo onírico, da utopia é mobilizadora e essencial para explicar, à guisa de substrato profundo, muitas derivas da história humana²¹. Então, demandavam-se ilhas de toda a espécie: ilhas míticas, ilhas paradisíacas, ilhas salvíficas, ilhas infernais, ilhas fantásticas²². O mito da ilha perdida funcionava como elã na procura de terras, na medida em que nestas se pudesse «crescer na luz da sabedoria, no desenvolvimento interior, permitindo o encontro com o verdadeiro eu de cada um»²³.

Assim sendo, a Madeira, mesmo antes de ter sido oficialmente descoberta, já fazia parte de um espaço mítico, de um território onde o imaginário europeu tinha idealizado a existência de lugares maravilhosos²⁴. Portanto, *per se*, a Madeira é já mito por se situar, à partida, num horizonte mítico ou mitificado. Os arquétipos simbólicos que envolviam esse território mitificado povoavam o imaginário tanto dos navegadores antigos como dos modernos, funcionando certamente como chaves de leitura para os navegadores portugueses que encontraram e edificaram a história da Madeira humanizada.

Com efeito, no imaginário das descobertas europeias do fim da Idade Média, «a ideia de paraíso permanecia como a imagem de uma paisagem exuberante,

²⁰ DELUMEAU, 1994, *Uma História do Paraíso* [...], p. 57.

²¹ Escrevia significativamente Bachelard até para este assunto que estamos a tratar: «A memória longínqua não se torna presente sem dar um valor, uma auréola de felicidade». BACHELARD, 1958, *La Poétique de l'Espace*, p. 66. Ver também BACHELARD, 1942, *L'Eau et les Rêves* [...].

²² Cf. CORTESÃO, 1973, *Descobrimento do Porto Santo* [...], pp. 6 e ss.

²³ MIEIRO, 2001, *A Atlantização Mítica do Éden* [...], p. 65; e ver LOPES, 1998, *Coisas Maravilhosas* [...], p. 19.

²⁴ Cf. ECO, 2023, *História das Terras e Lugares Lendários*.

abundante de árvores, águas e criaturas selvagens que tinham caracterizado os locais especiais onde os deuses se manifestavam e onde os reis e seus acompanhantes descansavam e se divertiam»²⁵. Acreditava-se que esses lugares tinham merecido proteção divina, como indica, aliás, a etimologia do vocábulo “paraíso”: o jardim fechado, com um muro à volta; portanto, um lugar segregado, separado, sacral.

Com efeito, o caso da Madeira é paradigmático desta percepção epifânica bem patente nos primeiros narradores da sua redescoberta realizada por iniciativa portuguesa. A Madeira, neste contexto, parece revelar-se aos descobridores como terra que brota do universo ocluso, emergida em solene aparição, como uma dádiva divina. O que confirma também aqui o *tópos* mítico assinalado por Mircea Eliade, que coloca na visão da ilha «a mais pura e mais original experiência do sagrado»²⁶.

Esse horizonte onírico que marcava a geografia imaginária dos descobridores não foi de somenos importância enquanto motivo mobilizador²⁷. Neste sentido, é de todo acertada a asserção do reputado historiador Alberto Vieira:

«A Europa partiu do século XV à procura do Éden bíblico ou descrito na literatura clássica greco-romana. Foi este um dos motivos do empenho de Colombo e dos navegadores portugueses. O reencontro era encarado como uma conciliação com Deus, o apagar do pecado original de Adão e Eva²⁸. A imagem perseguiu quase todos os navegadores quinhentistas e não fogem à regra os que aportaram à Madeira.»²⁹

De facto, os descobrimentos tiveram como motivação profunda não só a ambição económica, mas também, de igual ou superior importância, um ideário de cumprimento de uma missão transcendente. É por isso que Vitorino Magalhães Godinho, na sua análise da conjuntura económica, explica o fenómeno das descobertas reconhecendo que se cruzou a «importância económica com a ética dominante»³⁰, e, acrescentaríamos nós, com o imaginário dominante, em que preponderava o «serviço de Deus»³¹, a demanda do paraíso perdido e de uma antiga Cristandade escondida, a missão expansionista do Cristianismo de extensão universalista e de sentido teleológico.

²⁵ HUGHES, 1999, «Paraísos no Mundo Antigo [...]», p. 140; e ver NORMAN, 1999, *The Isles: A History*.

²⁶ ELIADE, 1989, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, p. 111.

²⁷ Cf. GODINHO, 1990, *Mito e Mercadoria [...]*, pp. 202 e ss.

²⁸ Cf. FRANCO & MOURÃO, 2005, *Influência de Joaquim de Flora [...]*.

²⁹ Citamos aqui esta que é uma das obras pioneiras editadas em Portugal com um trabalho consistente no campo da eco-história, vertente historiográfica então pouco explorada no nosso país: VIEIRA, 1999, *Do Éden à Arca de Noé*, p. 20.

³⁰ GODINHO, 1943, *Dúvidas e Problemas [...]*, p. 133.

³¹ ZURARA, 1973, *Crónica da Guiné*, p. 43.

Remitificações e Metamorfoses Modernas do Mito

Na mesma linha procederam autores modernos como Leonardo Torriani, no século XVI, ao falar das Canárias. Atualizaram este processo antigo de mitificação e idealização das paisagens das ilhas da Macaronésia³².

A descrição maravilhada da ilha da Madeira como o jardim atlântico da abundância é corroborada pelos viajantes estrangeiros, como é também o caso do próprio Leonardo Torriani, que afirma que «toda ela é um jardim e tudo aquilo que ali se colhe é ouro». Aliás, no mesmo sentido tinha-se exprimido já o célebre Cadamosto. Este autor acrescenta a informação obtida junto de fontes consideradas creditáveis, que cantaram as possibilidades desta ilha onde as leis da natureza eram como que subvertidas positivamente para oferecer produção dobrada, multiplicando os ciclos de produção num só ano. Tanto assim era que se teria visto dar «agráço e uva madura na Semana Santa, o que é coisa estranha como nunca vi»³³.

A identificação mais expressiva da Madeira como reduto do paraíso guardado por Deus é feita por António Cordeiro, na *História Insulana*, salientando a sua primazia nas descobertas portuguesas: «a primeira ilha foi o paraíso terreal»³⁴, que Deus teria separado e protegido no meio do grande oceano. Manuel Tomás, por seu lado, assim canta na primeira epopeia madeirense, depois de ter classificado a Madeira como a «princesa de todas as ilhas»:

«Do que deu ao ceptro Lusitano,
A Princesa das Ilhas descoberta,
As ondas contrastando do Oceano
De Neptuno deixando a porta aberta;

³² Cf. FERREIRA, 1999, *Mitos e Utopias* [...]. Cumpre recordar que, ainda há não muito tempo, Natália Correia, na sua obra *Pasmados Requintes Estivais*, colocou na personagem de Miss Emmeline Hurst a missão de provar que a ilha de Circe descrita na *Odisseia*, onde Ulisses teria descansado e gozado os prazeres do amor de Circe, era a ilha da Madeira: «Com efeito, a Madeira, na acepção de Miss Hurst, apresentava valor digno dos paços de Circe, florestas umbrosas, altos píncaros de algodoantes neblinas. Havia ainda flores, os frutos e a sensação de abundância nunca excessiva». CASTRO, 2000, «Ilha de Circe, de Natália Correia [...]», p. 110. Aliás, diversos outros autores não deixaram de estabelecer uma comparação entre o meio natural madeirense e os espaços insulares descritos pela literatura greco-romana, como Travassos Valdez, Garcia Ramos, Norberto Araújo, António Nobre, Cabral do Nascimento, cristalizando/estilizando a imagem da Madeira como «pedaço trazido pelas mãos dos anjos para o meio destas cintilantes águas e ilha de Primavera sem fim, presenteia os curiosos hóspedes com as bordaduras de flores e o fascínio de inauditos recantos de beleza natural». PINHEIRO, 1997, «Ressonâncias das *Makáron Nésoi* [...]», p. 63.

³³ GARCIA, 1983, *Viagem dos Descobrimentos*, pp. 83-84.

³⁴ CORDEIRO, 1717, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal* [...], p. 34.

Daquele, a quem esforço mais que humano,
Marte influindo, o grão valor desperta,
Com que à naval milícia exercitando,
De Portugal foi raio militando.»³⁵

A ilha é, de facto, o lugar maravilha, o lugar da liberdade, do fantástico, do prazer e da bonança, o espaço digno dos heróis e dos deuses, como caracteriza Mircea Eliade, em síntese, a simbólica da ilha revelada: a ilha é a «imagem exemplar de toda a criação [...] a ilha que subitamente se “manifesta” no meio das ondas»³⁶.

Os relatos que descrevem o arquipélago descoberto e recém-povoado pelos portugueses deixam transparecer a projeção idealizada que o imaginário da ilha paradisíaca, afortunada, refletia: a paisagem luxuriante sulcada por regatos de água cristalina, o clima ameno, a abundância da produção agrícola que um solo fertilíssimo oferece generosamente ao homem. «Ilha de bons ares e boas águas de fontes»³⁷, no dizer de Damião de Góis; «cheia de grandíssimo arvoredos grosso e basto e tão alto que saíam aos céus»³⁸, segundo as palavras de Valentim Fernandes; o lugar «para descanso, refúgio, colheitas e remédio dos navegantes», que Gaspar Frutuoso junta à classificação de «jóia do meu peito e, por ser tal e parece nele um único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situado que, quando Deus descera do céu, a primeira terra em que puser seus santos pés fora nela»³⁹. Estamos, pois, perante um claro processo de mitificação e sacralização do espaço madeirense, idealizado ao limite como lugar capaz de Deus, logo ideal como *habitat* de sonho para o homem. É o mesmo Gaspar Frutuoso que hiperboliza as potencialidades produtivas do solo madeirense, fazendo deste espaço feérico o lugar da prosperidade que, como prémio e estímulo, teria sido dado aos portugueses como sinal da estima e da bênção de Deus, para alimentar a sua epopeia expansionista em favor da revelação dos oceanos e terras escondidas e, em suma, tendo em vista a construção de uma nova universalidade de carácter cristão:

«tudo frutificava grandemente, em tanto que de cada alqueire de trigo que semeavam, colhiam pelo menos sessenta alqueires; e as rezes e os gados que ainda mamavam já pariam, e tudo se dava em abundância e não semeavam cousa que não multiplicasse em tresdobro, com a muita fertilidade e grossura e viço da terra.»⁴⁰

³⁵ THOMAS, 1635, *Insulana*, fl. 2.

³⁶ ELIADE, 1979, *Imagens e Símbolos*, p. 150.

³⁷ GOÊS, 1905, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, p. 17.

³⁸ FERNANDES, 1951, *Description de la Côte Occidentale d'Afrique*.

³⁹ FRUTUOSO, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, pp. 75-76.

⁴⁰ FRUTUOSO, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, p. 65.

O solo é descrito como o mais fértil que se podia encontrar e é ele, em si mesmo, um sinal eloquente da bênção divina de que aquela terra gozaria⁴¹. É essa mesma fertilidade reconhecida que completa a graça e o esplendor da natureza. Quando os povoadores «começaram ali a fazer suas sementeiras mui grandes»⁴², auferiram de uma produção superabundante. Pela abundância deste paraíso, deste lugar abençoado e protegido – qual réplica ultramarina de Portugal, também ele, por si, entendido como reino eleito pelos céus⁴³ –, a Madeira, com a sua fartura, passou a ser como que a primeira fonte de alimentação para o grande impulso da epopeia moderna portuguesa. Essa epopeia é estruturada ideologicamente pela mundividência teológica cristã, como nos lembra Luís Filipe Barreto: «O cristianismo é a ideologia do Império, religião nacional, que assinala a Portugal um destino universal»⁴⁴.

O arquipélago da Madeira é apresentado, em suma, como a revelação por excelência dos novos tempos e a rampa de lançamento da empresa dos descobrimentos, que tecerá a noção de universalidade moderna⁴⁵.

A Ilha como Paraíso e como Limite

A relação antropológica do madeirense com o seu meio natural desenvolveu nele, em nosso entender, uma psicologia com tonalidades específicas, que comunga certamente das características gerais da psicologia idiossincrática do *homo insularis*. Como assinala Ângela Almeida, na sua tese de doutoramento:

«a origem líquida que caracteriza todo o ilhéu marca, para sempre, a sua identidade. Para o homem, a ilha não se reduz ao espaço sólido; antes, completa-se no mar que a prolonga. Quando o ilhéu se ausenta da ilha e vive num continente, é como se a outra metade de si próprio tivesse ficado na ilha. Apesar da luta interior pela adaptação a um novo espaço, no inconsciente do indivíduo insular, acentua-se a ausência de mar.»

Por outro lado, a coexistência do mar em forma de ligação umbilical com a ilha «relembra a função materna e, por isso, fecundadora da água»⁴⁶.

⁴¹ Cf. SILVA, 1992, *O Clima como Personagem Histórica da Madeira [...]*.

⁴² ZURARA, 1973, *Crónica da Guiné*, p. 347.

⁴³ Sobre a ideia de reino eleito, ver o nosso estudo panorâmico: FRANCO, 2005, «Portugal enquanto Profecia [...].

⁴⁴ BARRETO, 1986, *Caminhos do Saber [...]*, p. 239.

⁴⁵ CLARK, 2021, *Civilização [...]*, pp. 123 e ss.

⁴⁶ ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha [...]*, p. 123.

A ilha está eivada, com efeito, de uma simbologia poderosa, que faz eco de certos arquétipos míticos primordiais. O facto de a ilha emergir no meio do oceano e existir enquanto espaço geográfico rodeado de água por todos os lados ecoa nela própria e na sua envolveria a origem líquida primordial do universo e da criação da humanidade⁴⁷. Logo, a ilha ganha uma dimensão simbólica uterina, criadora, umbilical, de centro do mundo, uma dimensão caldeada no inconsciente coletivo e exteriorizada através «da saudade da primeira Mãe, água», do regresso à «*tellus mater*»⁴⁸, com a qual tem uma relação filial, de devoção, de imitação e de desejo de regresso à ilha-mãe-natal, como uma espécie de fatalidade⁴⁹. Escreve Gilbert Durand que «todas as imagens da terra e da água contribuem para constituir uma ambiência de volúpia e de felicidade que constitui uma reabilitação da feminidade». Por isso, «o eterno feminino e sentimento de natureza caminham lado a lado na literatura»⁵⁰.

Assim, a ilha detém um capital simbólico de que decorrem potencialidades utópicas poderosas. A ilha é, ao mesmo tempo, o lugar do paraíso, mas também a possibilidade da sua recuperação, isto é, de uma nova criação. A ilha é associada à noção de lar, de aconchego materno, de casa íntima, de descanso, de regeneração da alma e do corpo, de morada do amor, de harmonia, de liberdade e até de libertação dos sentidos, espaço protegido da história turbulenta e fraturante dos continentes⁵¹.

Enquanto espaço simbólico, a ilha é um universo unificante e unificado, um símbolo de agregação, na linha do que Jung entendeu por símbolos de unidade⁵²: lugar recatado, separado, sagrado, onde interiormente se realiza a unificação do disperso, lugar de intermediação entre o humano e o divino⁵³. Portanto, lugar de paz, de fraternidade, no fundo, um lugar capaz de Deus. Não é por acaso que o conceito de “utopia” criado por Thomas Morus parte da idealização de uma sociedade perfeita como que experimentada laboratorialmente numa ilha.

Mas aquilo que identificamos como o complexo simbólico que a ilha constitui apresenta, por seu lado, um carácter janiforme. Assim como o mito de Janus adequado simbolicamente para representar as duas faces do tempo, a luminosa e próspera e a trágica e corrosiva, também a ilha é janiformiana. Se é um pedaço de

⁴⁷ Cf. ELIADE, s.d., *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 36 e 58, e ss.

⁴⁸ Cf. ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* [...], p. 127.

⁴⁹ Cf. ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* [...], pp. 276 e ss.

⁵⁰ Cf. DURAND, 1989, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*.

⁵¹ Cf. BACHELARD, 1942, *L'Eau et les Rêves* [...], pp. 333 e ss.

⁵² JUNG, 1956, *Symbols of Transformation*; e JUNG, 1989, *The Archetypes and Collective Unconscious*.

⁵³ ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* [...], p. 172.

paraíso e uma espécie de útero aconchegante, também pode constituir um limite e tornar-se prisão, cerco, com a decorrente falta de perspetivas e de oportunidades resultante do isolamento e da distância dos vastos continentes, de possibilidades mais amplas. É por isso que um dos fenómenos sociológicos que mais têm marcado ilhas como a Madeira é precisamente a vaga de emigração para outros territórios, onde as oportunidades de prosperidade são maiores.

A Constelação Mítica da Ilha e a Noção de Cultura como Expulsão

Com efeito, a constelação simbólico-mítica da ilha como resumo do paraíso e como lugar umbilical, metáfora do útero materno, pode dar-nos uma importante pista para uma reflexão sobre as origens da nossa noção de cultura como expulsão. A história da cultura só começa, verdadeiramente, tendo por referência significativa as narrativas míticas sobre as origens da humanidade, depois de um processo de expulsão de um paraíso ou de um estado inicial perfeito, idílico, divino, em que, à semelhança do que se passa no útero materno, tudo é dado ao ser humano sem esforço, sem necessidade de transformação do meio. O meio e o ser humano, nesse estágio primigénio, nesse paraíso primeiro, estão em simbiose perfeita, em equilíbrio ideal, logo não há cultura, mas apenas natureza...

A cultura, enquanto processo de criar a terra habitável e hospitaleira para os seres humanos, é aquilo que faz o homem ser plenamente homem⁵⁴, nesta espécie de procura constante de recuperação do paraíso perdido ou da sua semelhança como referente mítico e modelo arquétipo. Deste modo, a cultura, na expressão de Luís Machado de Abreu, é tudo aquilo que a ação criadora e transformadora do homem acrescenta aos dados da natureza⁵⁵. A densidade da expressão “cultura” aglutina e, por vezes, esconde, na leitura acutilante do autor citado, uma

«realidade complexa, multifacetada, dinâmica e plural. Tende, por isso, a escamotear a existência de tensão entre cultura e culturas, entre cultura global e áreas culturais demarcadas por territórios, sistemas mentais, aculturações, ritmos próprios de evolução no seio da cultura global. [...] E tudo isto porque a cultura é essencialmente um processo em que estão envolvidos sujeitos, condições materiais e valores com cuja interação se faz a história. Um dos aspetos mais significativos do processo cultural reside no facto de as leituras que dele se fazem serem simultaneamente efeitos e agentes do seu próprio

⁵⁴ ANTUNES, 2007, *História da Cultura*, pp. 86 e ss.

⁵⁵ Cf. ABREU, 1998, *Cultura Portuguesa [...]*, p. 3.

movimento. Os leitores nunca ficam do lado de fora do processo. Estão implicados nele e nele participam tanto mais profundamente quanto mais essencial e originariamente conseguem intuir o sentido e a vivência do universo cultural.»⁵⁶

Convém, aqui, termos em linha de conta a problemática controversa que envolve os conceitos de “cultura” e “civilização”, bem reportada pelas sínteses de Manuel Antunes, que avocamos:

«Tem-se discutido muito se devem distinguir-se ou identificar-se. De modo mais geral, os pensadores alemães tendem a afirmar a distinção, os anglo-saxónicos a identificação, e os franceses oscilam entre as duas posições. Por nossa parte, pensamos, com alguns, que cultura e civilização podem e devem unir-se, podem e devem distinguir-se. Unir-se, tornando-se, reciprocamente, englobantes da outra, porque partem do mesmo sujeito, o homem ser social, porque se referem, embora sob aspetos diferentes, aos mesmos objetos – por exemplo, um livro e um disco: vistos pelo conteúdo, são objetos de Cultura, vistos pela forma são objetos civilizacionais – e porque visam o bem do mesmo homem. Distinguir-se, porque a Cultura vai mais no sentido da transcendência e civilização, vai mais no sentido da imanência, porque Cultura é mais do domínio do «ser», e civilização mais do domínio do «ter» ou porque Cultura é mais *substantiva* ao homem e Civilização é mais *adjetiva* ao mesmo homem. Doutro modo: Cultura constitui o aspeto pessoal e criador da civilização, e civilização constitui o aspeto mais técnico e material da Cultura.»⁵⁷

Entendemos, pois, que a expulsão do paraíso, enquanto narrativa etiológica, marca o início fundador da cultura e da civilização, ou seja, na sua melhor definição, a criação, através do engenho humano, de condições de adaptação ao meio agreste e a sua transformação num ambiente minimamente hospitaleiro, isto é, habitável. A cultura e a civilização resultam, assim, na primeira construção de um processo de criação de hospitalidade para uma dada comunidade humana: tornar o meio natural hospitaleiro. Essa é a primeira noção de cultura e o seu primeiro fim. Entretanto, a hospitalidade aperfeiçoa-se e complexifica-se na relação com os outros seres humanos e com todos os outros seres vivos. No relacionamento entre os membros da espécie humana, a hospitalidade é o processo de humanização por excelência, pois cria comunidades marcadas pelo acolhimento, pelo cuidado e pela promoção do outro. Na relação com os outros seres vivos, a hospitalidade garante o equilíbrio ecológico que permite a assunção de uma relação cosmológica que não seja destrutiva mas integrativa e distributiva, em que todos tenham lugar e estejam no seu devido lugar.

Realmente, a ideia de cultura como expulsão permite entender o sentido criador e transformador das dinâmicas fundadoras e transformadoras da história humana, marcada por uma cadeia de expulsões. As fases biológico-etárias da vida humana,

⁵⁶ ABREU, 1995, *Leituras da Cultura Portuguesa*, p. 48.

⁵⁷ ANTUNES, 2007, *História da Cultura*, pp. 88-89.

desde o útero materno, são uma boa metáfora da cadeia de expulsões que marca a história das culturas e das civilizações humanas. A vida no útero materno representa, metaforicamente, o paraíso, a fase primigénia de não-cultura e apenas natureza. A cultura começa com a expulsão do bebé humano do útero materno e o seu processo de adaptação ao mundo humano durante a infância, a que se segue uma verdadeira cadeia de expulsões: da infância para a adolescência e para a juventude; da juventude para a entrada na vida adulta, profissional, com responsabilidades familiares e sociais; da vida adulta para a velhice, com a aposentação e o enfrentar das fragilidades decorrentes da decadência física; e a última experiência de expulsão é a morte, essa grande e misteriosa porta para outra dimensão, a eternidade ou a metempsicose para quem acredita, ou o nada para quem não acredita na vida além-túmulo⁵⁸.

Do mesmo modo, se pensarmos bem, a sucessão dos impérios, das civilizações, das colonizações, das migrações, implica cadeias complexas de expulsões, quer sejam heteroexpulsões ou autoexpulsões, e obriga sempre a um desalojamento do espaço de conforto para uma outra realidade. Esta deslocação, que é marcada por uma experiência violenta em diferentes graus, suscita sempre um processo de metamorfose ou recriação cultural, por substituição e/ou simbiose, que leva à aculturação através de trocas e interinfluências de dados culturais, e, no limite, pode resultar em processos de fusão que dão origem a uma inculturação, a uma mescla híbrida que conduz à formação de novas culturas.

Se esta noção de cultura e de formação cultural envolve necessariamente a experiência de violência, também implica, depois, os conceitos de hospitalidade e de experiência de acolhimento, ainda que sejam construídos artificialmente pela natureza do processo. Só quando se criam as condições de hospitalidade, a função sublime da cultura se plenifica. Isto é evidente, especialmente, para os movimentos migratórios que marcaram a história humana desde sempre. Assim aconteceu com as migrações arquetípicas genesíacas narradas, por exemplo, no primeiro livro da Bíblia, em que o Patriarca Abraão é convidado por Deus a deixar a sua terra e a iniciar uma longa migração, com os seus descendentes, para uma terra distante, a Terra Prometida, em que fundaria uma nova religião e a base de novas civilizações; como acontece hoje com as emigrações contemporâneas, seja para fugir da pobreza e procurar uma vida melhor, seja para encontrar a paz e escapar à guerra. Há sempre, no horizonte do movimento de expulsão, uma “terra prometida”. Com efeito, como bem conclui Thomas De Koninck no seu livro sobre o problema da cultura, «somos

⁵⁸ Cf. FRANCO, 2019, «A Ideia de Cultura como Expulsão [...]», pp. 249-261.

feitos da mesma matéria dos sonhos e a nossa pequena vida está envolta, rematada, por um sono. Um despertar total provocar-nos-ia, provavelmente, a morte. Mas um despertar progressivo permite viver e dar sentido à vida, que é o sentido da cultura»⁵⁹.

No caso da emigração madeirense, este ciclo dinâmico que a interpretação da cultura como expulsão pode ajudar-nos a compreender melhor apresenta, contudo, um aspeto significativo dos motivos dos movimentos migratórios que marca predominantemente a primeira geração dos migrantes quando se instalam na terra de acolhimento. Trata-se do desejo de regressar à terra de origem e/ou de contribuir para a sua prosperidade e, máxime, da sua família, da sua aldeia, da sua comunidade de origem e de aí procurar o reconhecimento decorrente de uma experiência de diáspora, que se almeja sempre que seja bem-sucedida. De algum modo, podemos perscrutar aqui subjacente outro movimento de fundo mítico que advém da ideia de cultura como expulsão, ou seja, o desejo poderoso de regresso ao “paraíso perdido”, ao torrão natal, a essa espécie de útero materno que é a ilha ou a terra de nascimento que nos viu dar ao mundo. É quase irreprimível esse móbil, nem que seja no plano da imaginação, quando não pode ocorrer fisicamente, de reparar a fratura provocada pela saída “violenta” do espaço de conforto onde fomos habituados a viver e a crescer como seres de cultura. Assim, a terra prometida que constitui a comunidade de destino dos emigrantes acaba por favorecer a reconstituição do paraíso perdido e melhorá-lo com os favores do país da promessa de prosperidade, procurando-se a reparação do ciclo fraturante da experiência da cultura como expulsão.

Todavia, esse regresso implica sempre a diáspora ao contrário (quando se regressa definitivamente) e uma nova fratura, com o lugar habitado da terra de acolhimento, onde se encontrou uma nova cidadania. É por isso que o emigrante, depois de o ser, é sempre marcado pela experiência de estrangeiramento resultante dos observados ciclos de expulsões, ou seja, assume uma identidade, nem sempre simpática, de ser considerado estrangeiro na terra de acolhimento (por exemplo, português na Venezuela) e estrangeiro na pátria de origem (venezuelano em Portugal).

No entanto, a experiência chocante e extraordinária da emigração é, no fundo, uma experiência da cultura como expulsão por excelência, que realiza pontes entre povos, abre horizontes de cosmopolitas e caminhos para a compreensão do mundo como a pátria de toda a humanidade. Somente quando a humanidade tiver uma só pátria será plenamente humana e se realizará a velha utopia da fraternidade universal.

⁵⁹ DE KONINCK, 2003, *A Nova Ignorância* [...], p. 159.

A Mentalidade de Cercado e a Hiperidentidade Madeirense

O madeirense partilha com os outros ilhéus o complexo de ilha. Contudo, este complexo de existência insular assume uma configuração e uma incidência próprias no madeirense. Por isso, designamos a mentalidade insular madeirense como mentalidade de cercado. A ilha é como uma fortaleza, com as suas góticas montanhas e os seus profundos vales encaixados entre ravinas íngremes, que impõem respeito, inspiram temor e, ao mesmo tempo, enclausuram. O mar que cerca a ilha é, simultaneamente, horizonte e limite, caminho largo e muralha alta, passagem e abismo, que liga e separa aquela porção de terra habitada do exterior.

A metáfora da ilha como fortaleza, como centro do mundo, de um mundo protegido, onde o homem mais deseja viver, qual espaço sagrado, é bem significativa desta mentalidade insular. Recorde-se que, na Idade Média, os muros ou as muralhas das cidades, dos mosteiros e dos castelos, que separavam do mundo exterior, eram consagrados ritualmente como defesa contra o demónio, a doença e os inimigos. O interior da fortaleza é o lugar da unidade, o jardim sagrado da saúde e da paz. O mundo exterior é, simbolicamente, o espaço ameaçador, porque lugar da ruína, da desintegração e da morte⁶⁰.

Marcado pelas características orográficas da ilha e pelo isolamento da sua condição de insular, plantado no meio do imenso oceano, a mais de 900 km do continente, o ilhéu desenvolveu uma mentalidade reservada e suspeitosa, ao mesmo tempo caracterizada por uma timidez, um certo retraimento, por um certo complexo de inferioridade, que o faz espantar-se com tudo o que atravessa o mar e é oferecido ao seu olhar curioso. O seu carácter é revelador dessa timidez numa primeira abordagem relacional, o que faz dele o tipo eneagramatológico dominante, representado pelo “observador”, curioso e esperando ver o que vai acontecer antes de agir, antes de tomar iniciativa ou de se expandir num primeiro encontro, como se sentisse no estranho uma ameaça ao seu *modus vivendi*, recatado pela proteção dos contrafortes das ravinas montanhosas. A retração da expansividade, que se liberta depois de um progressivo conhecimento do outro (que inquire com quase infantil curiosidade), associa-se à tendência para se admirar, se encantar, para se mitificar o diferente e o verdadeiramente engenhoso e fora do vulgar. O que vem do exterior pode ser encarado como uma ameaça à ordem, à harmonia do espaço ilhéu, sociomoral e religioso. Por isso, contra a ameaça potencial, cultiva uma atitude de

⁶⁰ Cf. ELIADE, s.d., *O Sagrado e o Profano* [...], p. 62; e ver ELIADE, 1979, *Imagens e Símbolos*.

suspeita metódica, até que a relação com o que vem do exterior revele o contrário. Se a melhor das expectativas se verificar, o madeirense tornar-se afável, hospitaleiro, brincalhão até. Senão, o afastamento e a indiferença serão a resposta ao outro considerado hostil.

Dentro da sua fortaleza dourada, o madeirense desenvolveu uma psicologia suscetível à superstição, que se manifesta de formas várias, desde a crença em bruxas até ao medo do mau-olhado. Acredita fortemente no poder da inveja, que receia e muitas vezes lhe retrai a expansividade, temendo revelar os seus êxitos ou negócios bem-sucedidos, antes preferindo, como forma de proteção, mostrar que tudo corre abaixo do limiar da suficiência, do “mais ou menos” – expressão recorrente para exprimir o estado de espírito quotidiano. Aliás, o madeirense, sujeito de olhar atento e penetrante, confere ao olhar um poder especial, o qual usa e o qual receia.

Por outro lado, exerce um controlo social extremo. Mulheres sentadas a bordar ou a fazer a lida da casa, homens na taberna ou nos campos escrutinam a vida dos vizinhos, dos forasteiros que chegam e ficam, de quem quer que seja. Fazem-no de forma quase irreprimível, como se de uma prática ancestral intensa se tratasse, uma prática quase lúdica dos madeirenses, conhecida pelo nome de “bilhardice” – falar da vida dos outros com carácter judicativo: condenando ou elogiando comportamentos.

Outro traço psicológico visível: a atitude servil do ilhéu. Esta foi moldada por séculos de modelos de poder insular extensivos do feudalismo medieval, consubstanciado no regime de colónia, e manifesta-se em expressões corporais e linguísticas.

Por vezes, a mentalidade de cercado tende a desenvolver um complexo psicológico de vitimação, que se exprime nos discursos políticos autonomistas. Este complexo é usado como estratégia propagandística para criticar a política continental do governo central – visto como uma ameaça, uma forma de ataque aos direitos da ilha –, recorrendo-se, ocasionalmente, à teoria da conspiração para explicar penalizações ou a não satisfação das reivindicações regionais.

Uma certa desvalorização de si, de tom fatalista, de desprezo estoico do indivíduo, que o madeirense das zonas rurais tende a exprimir, corresponde, *a contrario*, a uma apreciação superlativada da beleza do meio natural onde habita. Exalta, bastas vezes, o alto valor da geografia física madeirense como recanto do paraíso ou cantinho do céu, protegido das convulsões que vitimizam o resto do mundo. Quando o madeirense sai da ilha, revela uma tendência espontânea, quase irreprimível, de constituir a sua fatia de paraíso onde nasceu, a sua ilha, como matriz ou verdadeiro original da criação divina. A Madeira funciona, portanto, como padrão de comparação com tudo o que é encontrado, em que se vê uma cópia, por vezes

mal tirada. Tudo é confrontado com a Madeira, nas suas diferentes versões e *nuances* orográficas, microclimáticas e micropaisagísticas, de que o mundo é espelho, e nunca o contrário. Se o madeirense comum, que sai da sua ilha para passear ou emigrar, contempla um vale ou uma montanha, ou uma povoação em território continental, logo o compara, por semelhança, ao original da Madeira. Sendo que o original é sempre insuperável em beleza e graça. Diversos relatos de viajantes e emigrantes madeirenses ilustram bem esta mentalidade analógica⁶¹. Este comportamento apreciativo revela uma consciência de encantamento relativamente ao meio natural idealizado pelo ilhéu, uma consciência de perfeição ecológica do seu território que acentua um traço psicológico bem característico do madeirense. Estamos, portanto, perante um processo fenoménico de encantamento do mundo, do seu mundo. Como reflete Mircea Eliade, para efeitos de hermenêutica dos mitos, «o nosso mundo é sempre o “nosso mundo”, o mundo em que se vive. Ele difere de cultura para cultura. Há, por conseguinte, um número considerável de mundos»⁶².

Cumpre-nos deixar bem claro, depois deste ensaio tipológico, que não professamos uma visão determinística quanto a uma influência absoluta do meio natural sobre a psicologia humana, pois é corrente que as teses determinísticas são discutíveis enquanto propostas de explicação absoluta. Apenas destacamos tendências que se registam e que permitem surpreender alguns denominadores comuns que configuram traços tipológicos. Contudo, estas são sempre perceções analíticas, têm um valor relativo e assumem o risco da generalização e de serem desautorizadas pelas diferenças particulares. Concordamos, pois, com a reflexão de Onésimo Teotónio Almeida, no estudo que fez sobre o caso paralelo dos Açores. Estas construções de tipos psicológicos em relação a grupos culturais «só são válidas até certo ponto e sob determinados ângulos. Além disso, elas não se aplicam a toda a gente. São indicações de tendência»⁶³. Por outro lado, este nosso esboço tipológico é mais pertinente como expressão da mentalidade madeirense vigente e preservada até aos alvares da democracia e do regime autonómico; se quisermos, até à entrada de Portugal na União Europeia. Resulta da perceção e da análise dessa mentalidade e do comportamento cultural que o autor deste ensaio experimentou por nascimento e primeira educação.

Convém salvaguardar o facto de, nas últimas décadas, a Madeira ter sido objeto de um desenvolvimento e de uma abertura ao exterior extraordinários. A mobilidade

⁶¹ Ver, por exemplo, BARCELOS, 2017, *A Visão Madeirense da América [...]*.

⁶² ELIADE, 1986, *Aspectos do Mito*, p. 41.

⁶³ ALMEIDA, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade [...]*, p. 38.

tornou-se intensa entre o campo e a cidade, quebrando aquilo que era o tradicional enclausuramento da sociedade campesina, sem estradas, sem meios de informação, com um precário ou nulo acesso à escolaridade. A televisão invadiu os lares e, hoje, a *Internet* e, com ela, as redes sociais impuseram-se entre as camadas mais jovens. Está em curso uma lenta, mas já visível em muitos aspetos, transformação da mentalidade madeirense.

No entanto, resistem alguns traços atávicos dominantes. Pois se é evidente o poder avassalador dos modernos *mass media* em termos de normalização de comportamento, também é certo o quão lento é o processo de mudança de mentalidade. De facto, é mais fácil edificar uma grande cidade de raiz do que mudar uma mentalidade.

Importa, por fim, lembrar que houve várias tentativas de estabelecer tipologias do perfil psicológico do madeirense. Não somos os primeiros a fazê-lo. Entre outras, a mais divulgada e com grande grau de conhecimento da história e da realidade insular é a de Eduardo Pereira, cujo valor reconhecemos, e que complementa, em muitos aspetos, o que aqui definimos. Aliás, cumpre citar a distinção pertinente que realiza entre o perfil antropológico do homem do norte da Madeira e o do sul da mesma ilha, sem falar da diferenciação relativamente aos porto-santenses, que merece um tratamento especial. Eduardo Pereira escreve, nas suas *Ilhas de Zargo*, que geralmente «caracterizam sobretudo a psicologia insular uma índole laboriosa, pacífica e hospitaleira; espírito de religiosidade e humanitarismo; sentimentalidade e tolerância; fatalismo, concentração, tristeza e timidez; falta de iniciativa e pouca vibração de alma». Depois especifica, ensaiando uma diferenciação entre os nortenhos e os sulistas,

«psicologicamente, pode dividir-se a população da Madeira em dois grupos distintos: a do norte ou da capitania de Tristão, em cujas veias gira sangue beirão e minhoto, é sobriamente alegre, comunicativa, franca, afável, firme de princípios e de carácter, laboriosa, inteligente e crente; a do Sul ou da capitania de Zargo, oriunda de algarvios, alentejanos e marinheiros, é concentrada e triste, reservada, inconstante, tibia, tarda, invejosa e egoísta. O povo do Norte distingue-se ainda do povo do Sul por ter mais personalidade e morigeração. A maior distância a que vive da civilização e o maior contacto com a natureza dão-lhe um aspecto rude e informam-no da psicologia dos seus antepassados: camponeses e pastores.»⁶⁴

Temos maior dificuldade em aceitar esta compartimentação tão estrita, que resulta, de algum modo, de preconceitos em relação ao tipo algarvio e alentejano, que estaria na origem do povo do Sul. A fazer uma distinção de tipos psicológicos,

⁶⁴ PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. 2, pp. 205-206.

preferíamos separar a mentalidade campesina madeirense da mentalidade da metrópole funchalense, que experimentou, historicamente, um certo cosmopolitismo, onde habitava a comunidade britânica. O povo da cidade habituou-se ao contacto com o exterior através de comerciantes, turistas e viajantes, e desenvolveu uma mentalidade mais aberta, mais cosmopolita e mais aburguesada.

Considerações Finais

Se hoje a Madeira é um destino turístico afamado e se a estratégia de divulgação da ilha como produto turístico tem sido bem-sucedida, muito se deve à tradição secular das suas vantagens naturais e do nome difundido no mundo, mas também à utilização propagandística da ideia de ilha-jardim como espaço paradisíaco de alta qualidade, em termos ecológicos, junto dos destinatários turísticos.

A tradição popular, as lendas, os relatos dos viajantes, os relatórios dos técnicos, os discursos dos políticos, o canto dos poetas, a visão romântica dos escritores, os tratados dos historiadores juntam-se para sustentar, de forma quase unânime, a visão da Madeira como ilha-jardim, como ilha-paraíso, que recebeu diversos cognomes superlativos e mitificadores da sua realidade singular: “Rainha das Ilhas”, “Pérola do Atlântico”, “Cantinho do Céu”, “Pedaço de Paraíso”, “Ilha dos Amores”, “Flor do Oceano”, “Reserva de Paraíso”, “Ilha Encantada”, “Ilha das Flores”, “Abreviatura do Paraíso”, “Pequeno Paraíso”, “Flor dos Mares”, “Orquídea do Atlântico”...⁶⁵

Legitimada por um coro imenso de cantores das suas maravilhas, os promotores do turismo madeirense, especialmente nas últimas décadas de regime autonómico, têm sabido explorar o imaginário condensado em torno da Madeira como ilha-paraíso para promovê-la como destino turístico sem par. Raro é o cartaz, guia, roteiro de propaganda turística que não apresente a Madeira como um jardim, como uma versão do paraíso, como uma ilha povoada de jardins e pejada de flores⁶⁶. Utilizando as estratégias da repetição, generalização e hiperbolização, o mito da Madeira, ilha-jardim, ganha forma pelo processo de ampliação da representação de uma certa realidade paisagística da Madeira para motor de publicidade. Ilha-paraíso é o conceito recorrente, a ideia catalisadora de fundo mítico que se pode ver associada ideograficamente à Madeira, tanto para vender a sua imagem turística como para

⁶⁵ Cf. FRANCO & GOMES, 2008, *Jardins do Mundo* [...].

⁶⁶ De modo ilustrativo, podemos referir, entre tantíssimos outros, o seguinte exemplo: «Madeira: Descobrir o Paraíso», 3 de junho de 1997.

ilustrar a riqueza da sua diversidade biológica⁶⁷. Os resultados têm refletido, nas últimas décadas, a eficácia da utilização de um poderoso imaginário mítico ao serviço da propaganda comercial, que tem, com efeito, projetado a Madeira e a tem elevado ao pódio dos destinos de lazer mais procurados.

Aliás, em grande medida, podemos afirmar que o mito da Madeira, ilha-jardim, ganha uma nova dimensão, um novo elã, por via do *marketing* turístico. Assiste-se, por esta via, a uma secularização daquele imaginário mítico de tonalidade, de algum modo, sacral, em função da sua utilização para efeitos de eficácia comercial. Nesta utilização comercial, comprova-se, em certa medida, aquilo que Gilbert Durand reflete: «Creio, efectivamente, que um mito nunca desaparece – ele pode adormecer, pode definhar, mas está à espera do eterno retorno, ele espera uma palingenesia, como dizia um outro grande romântico – refiro-me a Ballanche»⁶⁸.

A Madeira tem sabido explorar e utilizar estrategicamente aquilo que designamos como a riqueza do seu “património mítico”, consubstanciado na visão da Madeira como ilha-jardim. A valorização do campo mítico é uma forma extraordinária de consolidação da dimensão identitária da cultura de um povo que reclama para si características distintivas. Da história como do mito, com efeito, «cada época, cada momento cultural apenas guarda as lições que lhe convém»⁶⁹.

O processo de mitificação do espaço ilhéu, operado e valorizado por via da cultura, do ponto de vista da perceção de si e da sua condição insular pelo madeirense, ressumbra de uma espécie de necessidade de sobrecompensação⁷⁰ do seu complexo de ilha, de consciência de isolamento, de ultraperiferia, à margem do centro metropolitano da capital portuguesa. Este complexo desenvolveu uma idiossincrasia coletiva que partilha das características peculiares das mentalidades insulares. A pequenez da ilha e a sua situação de cercada de água por todos os lados, distanciada em relação aos centros decisores do poder do continente, encontram sobrecompensação, mais ou menos inconsciente, na valorização extrema do seu meio natural, da importância da sua história e dos traços épicos do *homo laborans*

⁶⁷ Ver, por exemplo, ABREU & TEIXEIRA, 2004, «Arquipélago da Madeira [...]».

⁶⁸ DURAND, 1998, *Campos do Imaginário*, p. 11.

⁶⁹ Cf. DURAND, 1998, *Campos do Imaginário*, p. 255.

⁷⁰ O conceito de sobrecompensação foi desenvolvido por Eduardo Lourenço e aplicado à hermenêutica da psicologia do ser português e da função da utopia quinto-imperialista de fundo sebastianista, emergente no período da pós-restauração da independência. Cf. LOURENÇO, 1978, *O Labirinto da Saudade*, pp. 22 e ss. Aliás, a ideia de um Portugal periférico que desenvolveu um complexo de ilha em relação à Europa foi, de algum modo, refletida também por outros estudiosos da cultura portuguesa, como António José Saraiva. Ver também ANTUNES, 2005, *Repensar Portugal* e GIL, 2005, *Portugal, hoje [...]*.

madeirense, herói do trabalho ao domar a natureza agreste e ao torná-la um espaço habitável. Aqui radicam os traços vincados da cultura madeirense plasmada no plano da mentalidade coletiva: o complexo da hiperidentidade. Este complexo advém da perceção da ilha da Madeira como centro do mundo, como lugar singular, paradigmático, que se torna matriz de comparação do resto do mundo consigo própria. A paisagem da ilha é o paradigma, o mundo observado é sempre comparado com algum aspeto da Madeira e não o contrário. A ilha é o modelo ideal. O mundo é o seu reflexo. Esta visão acrítica de si plasmou-se em diversos testemunhos escritos e orais da herança cultural e é um traço que deixou marcas singulares significativas na cultura madeirense, que importa estudar e compreender criticamente.

Bibliografia

- ABREU, Cristina & TEIXEIRA, Dinarte, 2004, «Arquipélago da Madeira: O Paraíso Atlântico dos Moluscos Terrestres», in *Islenha*, n.º 35, pp. 53-70.
- ABREU, Luís Machado de, 1995, *Leituras da Cultura Portuguesa*, Separata da *Revista da Universidade de Aveiro / Letras*, n.º 12.
- ABREU, Luís Machado de, 1998, *Cultura Portuguesa III – Relatório*, texto policopiado, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, Ângela Duarte de, 2005, *A Simbólica da Ilha na Poesia de Natália Correia*, Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade: Um Espaço Cultural*, Lisboa, Marinho Matos Brumarte.
- ANTUNES, Padre Manuel, 2005, *Repensar Portugal*, 3.ª ed. (1.ª ed. de 1979), Lisboa, Multinova.
- ANTUNES, Padre Manuel, 2007, *História da Cultura*, tomo I, vol. IV da *Obra Completa*, edição crítica, coordenação científica de Luís Filipe Barreto, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ARMSTRONG, Karen, 2006, *Uma Pequena História do Mito*, Lisboa, Teorema.
- BACHELARD, Gaston, 1942, *L'Eau et les Rêves: Essai sur l'Imagination de la Matière*, Paris, José Corti.
- BACHELARD, Gaston, 1958, *La Poétique de l'Espace*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BARCELOS, Duarte, 2017, *A Visão Madeirense da América: Antologia Anotada de Crónicas de Viagem*, Funchal, Madeirense.

- BARRETO, Luís Filipe, 1986, *Caminhos do Saber no Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARTHEs, Roland, 2001, *Mitologias*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BLUMENBERG, Hans, 2003, *Trabajo sobre el Mito*, Barcelona, Ediciones Paidós.
- BROTTON, Jerry, 2019, *História do Mundo em 12 Mapas*, Lisboa, Edições 70.
- CAMP, L. Sprage de, s.d., *Continentes Perdidos: A Atlântida na História, na Ciência e na Literatura*, Lisboa, Livros do Brasil.
- CAMPBELL, Joseph, 2020, *O Poder dos Mitos*, Alfragide, Lua de Papel.
- CASTRO, Marcelino de, 2000, «Ilha de Circe, de Natália Correia: Atlantismo e Lusofonia», in *La Lusophonie: Voies/Voix Océaniques*, Bruxelles, Université Libré de Bruxelles.
- CLARK, Kenneth, 2021, *Civilização: O Contributo da Europa para a Civilização Universal*, Lisboa, Gradiva.
- CORDEIRO, António, 1717, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galram.
- CORTESÃO, Armando, 1973, *Descobrimento do Porto Santo, Madeira e o Infante D. Henrique*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII.
- DE KONINCK, Thomas, 2003, *A Nova Ignorância e o Problema da Cultura*, Lisboa, Edições 70.
- DELUMEAU, Jean, 1994, *Uma História do Paraíso: O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar.
- DURAND, Gilbert, 1989, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Presença.
- DURAND, Gilbert, 1998, *Campos do Imaginário*, Lisboa, Instituto Piaget.
- ECO, Umberto, 2023, *História das Terras e Lugares Lendários*, Lisboa, Gradiva.
- ELIADE, Mircea, s.d., *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*, Lisboa, Livros do Brasil.
- ELIADE, Mircea, 1979, *Imagens e Símbolos*, Lisboa, Minerva.
- ELIADE, Mircea, 1986, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Edições 70.
- ELIADE, Mircea, 1989, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70.
- FERNANDES, Valentim, 1951, *Description de la Côte Occidentale d'Afrique*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, 1999, *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- FRANCO, José Eduardo, 2000, *O Mito de Portugal: A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.

- FRANCO, José Eduardo, 2005, «Portugal enquanto Profecia: Génese, Conteúdos e Metamorfoses do Profetismo Português», in *Homo Viator: Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 513-528.
- FRANCO, José Eduardo, 2006-2007, *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, 2 vols., Lisboa, Gradiva.
- FRANCO, José Eduardo, 2019, «A Ideia de Cultura como Expulsão: A Morte como a Última Expulsão e o Fim da Cultura. Algumas Notas para Uma Teoria da Cultura», in ALVES, Paulo *et al.*, *A Morte: Leituras da Humana Condição*, vol. II, Lisboa, Paulinas, pp. 249-261.
- FRANCO, José Eduardo & GOMES, Ana Cristina da Costa (coord.), 2008, *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Lisboa, Gradiva.
- FRANCO, José Eduardo & MOURÃO, José Augusto, 2005, *Influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa e Europeia. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*, Lisboa, Roma Editora.
- FRANCO, José Eduardo *et al.* (ed.), 2010, *Gardens of Madeira – Gardens of the World: Contemporary Approaches*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing.
- FRUTUOSO, Gaspar, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, Ponta Delgada, Tipografia do «Diário dos Açores».
- GARCIA, José Manuel, 1983, *Viagem dos Descobrimentos*, Lisboa, Presença.
- GIL, José, 2005, *Portugal, hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1943, *Dúvidas e Problemas acerca de Algumas Teses da História da Expansão*, Lisboa, Edição da «Gazeta de Filosofia».
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1990, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel.
- GOÊS, Damiam de, 1905, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, nova edição por J. Gonçalves, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- HUGHES, Donald, 1999, «Paraísos no Mundo Antigo: Dos Bosques Sagrados às Ilhas Afortunadas», in *História e Meio-Ambiente: O Impacto da Expansão Europeia*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- JUNG, C.G., 1956, *Symbols of Transformation*, vol. 5, Princeton, Pantheon.
- JUNG, C.G., 1989, *The Archetypes and Collective Unconscious*, vol. 8, Princeton, Pantheon.
- KOŁAKOWSKI, Leszek, 1975, *La Presencia del Mito*, Buenos Aires, Amorrotu Editores.
- LOPES, Marília dos Santos, 1998, *Coisas Maravilhosas e até agora nunca Vistas. Para Uma Iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal.

- LOURENÇO, Eduardo, 1978, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote.
- «Madeira: Descobrir o Paraíso», 3 de junho de 1997, in *Correio da Manhã (Suplemento)*.
- MIEIRO, Elisabete Maria da Costa, 2001, *A Atlantização Mítica do Éden: Novos Mundos, Novos Paraísos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- NASCIMENTO, Aires A., 1997, «Ilhas Afortunadas: Um Nome Feito de Sonhos», in *As Ilhas e a Mitologia – Livro de Comunicações do Colóquio*, Funchal, Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal, pp. 19-31.
- NORMAN, Davier, 1999, *The Isles: A History*, Oxford / New York, Oxford University Press.
- PAINE, Lincoln, 2023, *O Mar e a Civilização: Uma História Marítima do Mundo*, Coimbra, Almedina.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 4.^a ed., vol. 2, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PINHEIRO, Joaquim Sanches, 1997, «Ressonâncias das *Makáron Nésoi* / *Fortunatorum Insulae* da Antiguidade Clássica em Textos sobre a Ilha da Madeira», in *As Ilhas e a Mitologia – Livro de Comunicações do Colóquio*, Funchal, Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal, pp. 59-64.
- SEVILHA, San Isidoro de, 1982, *Etimologias*, edição bilingue preparada por José Oroz Reta, vol. I, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, 1992, *O Clima como Personagem Histórica da Madeira: Tentativa de Captação das Variações Climáticas pela Aplicação do Método Fenológico*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVII.
- THOMAS, Manoel, 1635, *Insulana*, Amberes, Casa de Ioam Mavrsio Impressor.
- VIANA, Moisés dos Santos, 2009, «Mito e Linguagem: Breve Reflexão sobre o Discurso», in *Acta Scientiarum*, vol. 31, n.º 1, pp. 61-66.
- VIEIRA, Alberto, 1999, *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- VIEIRA, Padre António, 2014, *Obra Completa*, tomo III, vol. I, *História do Futuro*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VOEGELIN, Eric, 2002, *As Religiões Políticas*, Lisboa, Veja.
- ZURARA, Gomes Eanes de, 1973, *Crónica da Guiné*, introdução, notas e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora.